

Mulheres do MST lançam campanha de financiamento para 1º Encontro Nacional - 05 a 10/03/2020

Encontro pretende reunir 3.500 mulheres sem-terra em Brasília entre os dias 5 e 10 de março

[\(Brasil de Fato, 12/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de todo o país lançam nesta quarta-feira (12) uma campanha financeira para custear o 1º Encontro Nacional de Mulheres do MST. Os eventos de lançamento acontecerão nas unidades do Armazém do Campo em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), São Luis (MA) e de São Paulo (SP).

Com o lema “Mulheres Sem Terra: Semeando a Resistência, o Encontro Nacional ocorrerá entre os dias 5 e 10 de março, em Brasília (DF). Em todos os estados, as mulheres estão organizando feiras, vendas de produtos feitos por elas mesmas, rifas, saraus, dentre outros eventos e atividades que possam auxiliar nos gastos de transporte e alimentação rumo à capital federal.

A militante do MST Cássia Bechara explica que o encontro “pretende debater temas como a ação do capitalismo, do patriarcado e do racismo na vida das mulheres, assim como a importância da formulação e estruturação de um Feminismo Camponês Popular para o fortalecimento do projeto de Reforma Agrária Popular”.

O encontro pretende reunir 3,5 mil mulheres em espaços organizativos, de trocas de saberes e de oficinas. Além das brasileiras do MST, já estão confirmadas presenças internacionalistas que virão da Palestina, da África do Sul, do País Basco, da Zâmbia, dos Estados Unidos, do Canadá, dentre outros

países.

Segundo Cássia, que integra o Coletivo de Relações Internacionais do Movimento, “o 1º Encontro de Mulheres do MST já tem um peso internamente por toda a sua importância histórica, tendo em vista o processo de construção do Movimento e as companheiras que estão pensando, estruturando e construindo este passo importante”.

Para além disso, Cássia aponta a importância conjuntural da realização do encontro durante o Dia Internacional da Mulher. “Vivemos em uma conjuntura e em um governo que constantemente vêm atacando as mulheres de formas machistas e xenofóbicas. Este é um ataque ideológico e nós precisamos estar organizadas no campo e na cidade construindo a resistência ativa para este momento”.

Assista ao vídeo da Campanha Nacional de Arrecadação Financeira para o I Encontro de Mulheres do MST:

Por Mariana Lemos

Faça sua contribuição através das contas:

Titular: Instituto Nacional Para o Desenvolvimento Social e Cultural do Campo / **CPNJ:** 11.586.301/0001-65

1- Banco do Brasil / Agência: 4328-1 / Conta Corrente: 3021-x

2- Caixa Econômica Federal / Agência: 1231 / Conta Corrente: 2251-2 / Op: 003

A invisibilidade da violência

contra as mulheres do campo e das florestas

Artigo fala sobre importância de entender as diferentes faces da violência contra as mulheres

[\(MST, 13/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Durante o mês o março as propagandas na televisão mostram celebrações e flores. Trata-se de uma cortina de fumaça para as reportagens veiculadas ao longo do ano sobre a permanente violência contra mulher. Com objetivo de aquecer as vendas e garantir o lucro, festeja-se a data e homenageia-se as mulheres, destacando-as como vencedoras ou investidoras. A mesma televisão busca esconder nos sorrisos fabricados do “Feliz Dia!”, as mulheres que, organizadas com suas próprias bandeiras, flores, cantos e tambores, denunciam as inúmeras violações que uma sociedade patriarcal, racista e capitalista impõem sobre seus corpos e territórios.

No Brasil, de modo geral, ainda que conquistadas importantes leis como Maria da Penha (11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (13.104/2015), a violência contra as mulheres tem crescido a cada ano. Segundo dados da CEPAL, 40% de todo o assassinato de mulheres pela condição de gênero ocorrido na América latina e Caribe ocorrem no Brasil, sendo que a nível mundial o Brasil é o quinto país que mais assassina mulheres.

Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam que de janeiro a julho de 2018, o Ligue 180 registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79.661, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e violência psicológica (26.527).

Contudo, estes números não trazem a violência efetuada contra as mulheres trans, sendo que o Brasil também está no topo do ranking de violência contra a população trans. Estão ausentes também dados a violência contra as mulheres do campo e das florestas. Considerando a questão étnico racial, no

período de 2006 a 2016, enquanto a taxa de homicídio de mulheres brancas caiu 8%, a de mulheres negra cresceu 15,4%. Alguns estados como Roraima, por exemplo, desponta como o estado brasileiro com maior índice de violência, não distinguindo destes dados a agressão de mulheres indígenas.

Desde a gênese do latifúndio, com a escravização dos povos originários e dos povos africanos, as relações sociais do campo brasileiro se constituem historicamente com a dominação econômica e patriarcal. No atual processo de desenvolvimento do capitalismo, essas são as mesmas relações que continuam por meio do agro, hidro e mineronegócio e são a condição fundamental para que as grandes empresas continuem aumentando seu lucro.

Nesse cenário, os obstáculos para romper com a relação de dominação do masculino sob o feminino aumentam ainda mais. A violência que acomete as mulheres do campo e das florestas tem múltiplas faces nas relações cotidianas, no âmbito familiar, na questão da exploração sexual e no tráfico de mulheres e é a mesma violência usada no combate às mulheres organizadas e lideranças que se levantam contra o poder do capital sobre seus territórios.

Os frágeis instrumentos de combate à violência contra mulher que conquistamos não alcançam as mulheres do campo e das florestas. Distantes dos centros urbanos, marcadas pela pobreza e pela ausência de educação formal, essas mulheres não acessam informações sobre as políticas públicas e tão pouco estas chegam até elas. Isso fica evidente quando buscamos os dados sobre a violência contra a mulher do meio rural: não dispomos do diagnóstico e menos ainda de instrumentos de combate.

Dentre os dados fornecidos por ONGS, há poucas pesquisas acadêmicas sobre essa questão e as denúncias dos movimento de mulheres de luta pela terra e território são fragmentados na sua abrangência temporal e territorial. As mulheres do campo que sofrem violência doméstica vivem grande isolamento e solidão, não havendo espaço para acolhida e tratamento das vítimas. Essas mulheres, sem as condições para autonomia financeira e alijadas do atendimento por políticas públicas, estão submetidas a um processo extremo de violência que é invisibilizado.

A outra face da violência contra as mulheres do campo são os assassinatos, as perseguições e a criminalização de atos na defesa dos seus territórios ameaçados constantemente. Vale dizer que os agentes dessa violência são multifacetados, alguns pertencentes ao Estado e outros são intermediários privados, ambos a serviço do latifúndios e das grandes empresas de mineração. Assim, entendemos que a violência patriarcal e capitalista atinge a todas as mulheres, mas a classe social, a etnia e o lugar onde essas mulheres vivem são fatores que determinam a forma como elas experimentam tal violência.

Em 2019, com a ascensão ao poder de um governo de extrema direita, as já incipientes políticas públicas voltadas para as mulheres estão sendo extintas. Com a Reforma da Previdência, o maior ataque aos direitos da classe trabalhadora brasileira, as mulheres são as mais atingidas. Tal reforma desconsidera as duplas e até triplas jornadas de trabalho das mulheres. Igualando a idade para a aposentadoria com os homens; que as mulheres já recebem salário inferior aos homens (na média a mulher recebe 74% do salário). É necessariamente olhar também o recorte de raça/etnia, pois enquanto a mulher branca recebe em média 30% a menos que o salário dos homens, a mulher negra chega a 63% a menos.

No caso das mulheres do campo, a situação se agrava ainda mais, uma vez que muitas mulheres começam a trabalhar antes dos 14 anos de idade. A proposta da reforma da previdência é que a mulher se aposentaria com 60 anos e não mais com 55, como é atualmente. Diante disso, as produtoras rurais atualmente ocupadas terão que trabalhar entre 41 e 46 anos para atingir a idade de aposentadoria, numa realidade na qual a expectativa de vida média não passa de 65 anos.

A criminalização dos movimentos sociais, os cortes de políticas públicas para a reforma agrária e para demarcação dos territórios indígenas, e o fechamento das escolas são outros fatores que comprometem a vida de quem vive no campo e nas florestas. Somam-se a isso os crimes das grandes mineradoras cujas empresas nunca foram responsabilizadas. Assim como em Barcarena-PA e Mariana-MG, vivenciamos em 25 de janeiro de 2019 o crime da Vale em Brumadinho-MG, mostrando um Estado que submete as

necessidades humanas às demandas do capital: o lucro acima da vida.

De forma sintética, podemos dizer que o capitalismo no campo e na cidade se perpetua em uma simbiose racista patriarcal, e esta simbiose se manifesta na autorização de agredir mulheres, negros/as, povos indígenas e LGBTQ+. Dessa forma, pensar em Março como mês das mulheres é necessariamente pensar em luta pela superação de todas as formas de violência que estas experimentam sobre seus corpos e territórios. Nesse Março, as mulheres em luta têm como objetivo ser a voz daquelas ainda silenciadas, isoladas pelos rincões do país. Buscam denunciar a impunidade dos crimes contra as mulheres, entoar seus cantos de rebeldia, ocupar as ruas e os latifúndios e gritar: basta de violação sobre corpos e vidas.

**Adriana Rodrigues Novais*, socióloga e integrante do setor de Gênero do MST e *Lucinéia Freitas*, doutoranda em Saúde Pública e integrante do setor de Gênero do MST.

Não é possível igualar aposentadoria de homens e mulheres no campo, afirma MST

Não é possível, no meio rural, igualar a aposentadoria de homens e mulheres. A afirmação foi feita há pouco por Francisco Dal Chiavon, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na audiência pública que a comissão especial que analisa a reforma da Previdência realiza neste momento.

[\(Agência Câmara, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo ele, as mulheres do campo têm dupla jornada e serão prejudicadas pela reforma proposta pelo governo, que iguala a aposentadoria de homens e

mulheres (idade mínima a partir dos 65 anos).

Dal Chiavon disse ainda que a elevação da idade mínima para 65 anos - hoje é de cinco anos a menos para homens e de dez anos para milhares do campo - vai impossibilitar que milhares de trabalhadores rurais acessem os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois eles não chegam a completar essa idade.

“É injusto tratar dessa forma os brasileiros que produzem os alimentos”, disse o representante do MST, que pediu a manutenção da especificidade dos trabalhadores rurais na Previdência Social.

Circo da Democracia debate democracia e comunicação

(FNDC, 19/08/2016) Renata Mielli, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Barão de Itararé, afirma que a possibilidade de avanço na democratização de comunicação não vai acontecer sem democracia: “A primeira vítima do golpe é a liberdade de expressão”. A afirmação foi feita durante sua participação no Circo da Democracia, na última sexta-feira (12/8), em Curitiba.



Mielli, afirmou que desde a entrada de Michel Temer na presidência interina da República, medidas de cerceamento da liberdade de expressão se multiplicam pelo país. Como exemplo disso, lembrou do caso da Virada Cultural em Minas Gerais, em que os artistas foram proibidos de fazer manifestações políticas. No mesmo evento, em São Paulo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não pôde fazer cobertura, para não dar visibilidade às manifestações contra o golpe. Além disso, Mielli fala do avanço da judicialização da censura, expressado por meio de ações judiciais contra a comunicação alternativa e blogueiros.

Para além da posição de resistência, Mielli pautou a importância de fazer proposições e buscar conquistas. “Existem contradições no seio do inimigo. Quem poderia imaginar que em 2015 o Congresso iria aprovar a Lei do Direito de Resposta?”, questiona. As eleições municipais são apresentadas como janela de oportunidades. “ Há muito que fazer, como propor leis de fomento à comunicação independente, por exemplo. É importante que a gente elabore plataformas de propostas para apresentar para os candidatos “.

A ativista também chamou atenção para o papel do Facebook, rede social que tem 3 bilhões de usuários no mundo: “Nós estamos vivendo sobre um domínio perverso de um algoritmo que nós não sabemos como funciona. É a nova ditadura da comunicação. Nós estamos que estar lá, mas com consciência do que ele significa. Nós estamos alimentando um monstro”, e

aponta a necessidade de buscar alternativas e fazer o enfrentamento à lógica do Facebook.

A jornalista Ednubia Ghisi, do Brasil de Fato, falou sobre a comunicação popular, que vai além da comunicação produzida por jornalistas, citando o principal “calo” do jornalismo, que é o financiamento por meio da publicidade e dá às produções um caráter comercial. “O que marca a comunicação popular, para além do produto, é o processo pedagógico de formação e de construção”, explicou, destacando que um dos desafios da comunicação popular é não reproduzir a lógica comercial dos grandes meios.

“A comunicação deve servir para a transformação”, apontou Ghisi. Nesse sentido, mencionou os veículos que são produzidos não necessariamente por jornalistas, mas por sujeitos que estão inseridos em processos de luta, como o caso do jornal “A Laje”, produzido pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o jornal Folha do Sabará, feito pelas associações de moradores do Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e veículos do MST, que surgem a partir dos trabalhos realizados em assentamentos e acampamentos.

A jornalista criticou os limites da internet, que, apesar de ter trazido grande visibilidade aos meios alternativos, não pode ser o único canal pelo qual se produz comunicação popular. Prova disso, são as pessoas de regiões que não tem acesso à internet e que precisam de outras formas e ferramentas de acesso à informação. Paralelo e imbricado a esse debate, segundo ela, é preciso lutar pela democratização da mídia. Não apenas no sentido de constar o monopólio das grandes empresas nas concessões públicas da radiodifusão, por exemplo, mas também mudando os protagonistas da comunicação. “A luta é muito maior do que pela visibilidade. Sem fazer a luta pela democratização continuaremos fazendo uma comunicação popular manca, pois não estaremos mexendo na estrutura que nos cerca”, afirmou.

Leandro Taques, dos Jornalistas Livres, que afirmou que “nesse momento de golpe, a informação e a comunicação independente, fora da mídia comercial e hegemônica, deve se fortalecer para realizar uma contrainformação”. Ele explica que o Jornalistas Livres surgiu em São Paulo, em 2015, na cobertura de uma das manifestações da direita. Desde então, o grupo vem se

articulando com colaboradores e com outros veículos para produção e compartilhamento de conteúdo. Entre as possíveis formas de financiamento, Taques destacou o crowdfunding. Ele reforçou, ainda, a importância dos comunicadores estarem juntos em coberturas colaborativas para construir narrativas com destaque.

Paula Zarth Padilha, jornalista do site de notícias independente Terra Sem Males, falou sobre o projeto, que começou a ocupar um espaço que a mídia comercial não alcança, “a partir do interesse dos povos, dos movimentos sociais e também com base no jornalismo sindical”. O Terra Sem Males também funciona como impresso periódico, em que se destacam as fotografias do próprio idealizador do projeto, o fotógrafo Joka Madruga.

Paula explicou que uma das tentativas de trabalho do site é acompanhar fontes oficiais para buscar “assuntos escondidos” a partir de uma perspectiva dos trabalhadores. A jornalista também faz críticas à interferência editorial na produção de conteúdo e ao comportamento da grande mídia em tempos de golpe, enfatizando a necessidade de fortalecer a comunicação popular. “Não podemos dar mais espaço à mídia comercial do que ela já tem”, diz. Para ela, é preciso que pessoas também se engajem no compartilhamento dos conteúdos produzidos pelas mídias alternativas.

Direito à comunicação

O professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Antônio Gediel, afirma que mesmo colocado pela Constituição Federal em vários artigos, o direito à comunicação não foi efetivado. “Mais do que pensar o que fazer para não perder, é necessário trabalhar para ainda realmente garantir este direito”, observou. Para Gediel, é preciso construir uma informação livre das orientações dos oligopólios de comunicação. “Entre um gol e outro, entre uma novela e outra, o silêncio sobre a política só se coloca para dizer as verdades que estão soldadas aos interesses da grande mídia”.

O professor ainda enfatizou que é preciso ir à lei, realizar mobilizações para promover um debate público sobre o uso democrático dos meios de comunicação atrelado ao trabalho e fortalecimento dos veículos alternativos.

Rafael Vilela, do Midia Ninja, faz uma reflexão sobre o que é possível nesse

momento do ponto de vista da democratização da comunicação. “O debate sobre a democratização da mídia regrediu a tal ponto que estamos debatendo hoje a liberdade de expressão”, diz, mencionando o exemplo das restrições em relação a manifestações durante as Olimpíadas. “Talvez não seja hora de aprofundar o debate em relação aos formatos de política pública, mesmo porque já existe um grande acúmulo dos movimentos populares e de organizações que debatem a mídia. Com isso, já poderíamos ter feito dez revoluções no campo da democratização da comunicação”, afirmou Rafael, retomando as experiências de debates, fóruns nacionais e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, construído em coletivamente e que busca apoio popular desde 2013.

Este é o momento, segundo ele, de construir uma resistência coletiva, ir para ação direta e conseguir fazer com que o golpe, mesmo que se consolide institucionalmente, não passe batido no imaginário da população. “O Brasil é um dos países que mais tem a mídia concentrada do planeta, mas ao mesmo tempo também temos uma rede de coletivos e de produtores de contra narrativas que quase não existe em outros lugares do mundo”, avalia.

Rafael também recorreu à realização da Olimpíada para dizer que, cada vez mais, cidadãos estão engajados em produzir uma comunicação própria e não deixar que prevaleça a dos grandes meios de comunicação. “Não teríamos a capacidade de cobrir o que está acontecendo no Brasil se não fosse essa narrativa que está dissolvida”.

Circo da Democracia

O Circo da Democracia reuniu, entre os dias 5 e 10 de agosto, artistas, professores, jornalistas, políticos, publicitários, juristas, estudantes e toda a sociedade para falar de temas como educação, política, justiça, economia, arte/cultura e comunicação. Foi organizado pelo grupo Advogados pela Democracia, com o apoio de mais de 50 entidades. Seu principal objetivo foi levantar um debate acerca das consequências e desdobramentos de um impeachment presidencial para o país.

Acesse no site de origem: [Circo da Democracia debate democracia e comunicação \(15/08/2016\)](#)